

ATA N.º 2

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniu o júri do procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto Superior Técnico (IST), para a área de **Gestão e Manutenção de Instalações e Equipamentos — Engenharia do Ambiente — Área de Sustentabilidade e Equipamentos**, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 28526/2025/2, Diário da República n.º 223/2025, Série II, de 18-11-2025.

O júri foi constituído por Miguel José das Neves Pires Amado, Vice-Presidente para a Sustentabilidade e Infraestruturas e Professor Catedrático e Presidente do Júri, por Afonso Epifânio da Franca, Coordenador da Área de Sustentabilidade e Equipamentos e primeiro vogal, e por Rosalina Maria Alves de Castro, Coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade e segundo vogal.

A reunião teve como objetivo a verificação do cumprimento dos requisitos de admissão a concurso e a análise dos elementos apresentados pelos candidatos, a fim de determinar quais deverão ser admitidos ao procedimento e quais deverão ser excluídos.

Apresentaram-se a concurso 23 (vinte e três) candidatos. O júri verificou os processos de candidatura, para averiguar do cumprimento dos requisitos de admissão, constantes do aviso de abertura do procedimento concursal, acima referenciado, e da conformidade da documentação apresentada com o que era solicitado.

Na sequência da análise efetuada, foram admitidos 22 (vinte e dois) candidatos, por tudo estar conforme, e foi excluído 1 (um), pelo motivo a seguir indicado:

a) Ausência de preenchimento dos requisitos habilitacionais. Candidato excluído, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, por não deter Licenciatura, conforme requerido no ponto 4.2 da descrição do procedimento publicitada na Bolsa de Emprego Público, exigível de acordo com o disposto no anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do seu artigo 86.º.

O júri elaborou então a lista anexa, onde constam os candidatos admitidos, a qual faz parte integrante da presente ata, para todos os efeitos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

O Júri,

Miguel José das Neves Pires Amado
Presidente

Afonso Epifânio da Franca
Vogal

Rosalina Maria Alves de Castro
Vogal

LISTA DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS

*Procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto Superior Técnico (IST), para a área de **Gestão e Manutenção de Instalações e Equipamentos — Engenharia do Ambiente — Área de Sustentabilidade e Equipamentos**, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 28526/2025/2, Diário da República n.º 223/2025, Série II, de 18-11-2025*

Candidatos admitidos

Ana Hermínia Sacato Calandula
Carlos Manuel Fernandes Freitas
Carlos Miguel Alves Moreira
Carolina Alexandra Soares Bettencourt
Carolina Isabel Pereira Paulino
Cátia Vanessa Caetano Gonçalves
Gonçalo Alexandre Moura Coimbra
Helena Isabel de Melo Barros
Joana Félix de Carvalho
Luís Carlos Bragança Vieira Pinto
Maria Conceição da Silva Santos
Patrícia Raquel de Melo Tocha Lopes
Paula Alexandra Moreira da Silva
Paula Fonseca Tenreiro de Almeida
Pedro Alexandre Carrasco Lampreia
Priscila Mesquita Marques de Souza Lima
Rafael Almeida Carreiro
Sofia Caramujo Borges Ferreira
Sofia Margarida Gancho Galharda
Tiago Alexandre de Sousa Antunes Cardoso
Tiago Gouveia de Faria
Vânia Catarina Jorge Gomes

Candidatos excluídos

Francisco Jorge da Silva Alves – a)

a) Ausência de preenchimento dos requisitos habilitacionais. Candidato excluído, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, por não deter Licenciatura, conforme requerido no ponto 4.2 da descrição do procedimento publicitada na Bolsa de Emprego Público, exigível de acordo com o disposto no anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do seu artigo 86.º.